

MUNICÍPIO DE CHAPECÓ - PODER LEGISLATIVO
 CÂMARA DE VEREADORES
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 MAIO/2014 a ABRIL/2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7.410.972,65	
Pessoal Ativo	7.217.377,95	
Pessoal Inativo e Pensionistas	193.594,70	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESA NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial		
Despesas de Exercícios Anteriores		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	7.410.972,65	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		7.410.972,65

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	489.828.343,41
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	1,51
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 6%	29.389.700,60
LIMITE PRUDENCIAL (paragrafo único do art. 22 da LRF) - 5,70%	27.920.215,57
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art.59 da LRF) – 5,4%	26.450.730,54

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não- processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não- processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

VALDEMIR ANTONIO STOBE
 Presidente

JOÃO MARIA MARQUES ROSA
 Vice-Presidente

CLEBER CECCON
 Primeiro Secretário

VALMOR JUNIOR SCOLARI
 Segundo Secretário

CELSO GALANTE
 Controlador do Sistema de Controle Interno

RITA MARIA HANAUER
 Contador Geral do Legislativo

MUNICÍPIO DE CHAPECÓ - PODER LEGISLATIVO
 CÂMARA DE VEREADORES
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 SETEMBRO/2014 a AGOSTO/2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO- PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) Pessoal Ativo Pessoal Inativo e Pensionistas Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	
DESPESA NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária Decorrentes de Decisão Judicial Despesas de Exercícios Anteriores Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	0,00	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	#DIV/0!
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 6%	-
LIMITE PRUDENCIAL (paragrafo único do art. 22 da LRF) - 5,70%	-
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art.59 da LRF) – 5,4%	-

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não- processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não- processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

VALDEMIR ANTONIO STOBE
Presidente

JOÃO MARIA MARQUES ROSA
Vice-Presidente

CLEBER CECCON
Primeiro Secretário

VALMOR JUNIOR SCOLARI
Segundo Secretário

ALEXEI ANHALT
Controlador do Sistema de Controle Interno

RITA MARIA HANAUER
Contador Geral do Legislativo

MUNICÍPIO DE CHAPECÓ - PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 a DEZEMBRO/2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO- PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) Pessoal Ativo Pessoal Inativo e Pensionistas Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	
DESPESA NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária Decorrentes de Decisão Judicial Despesas de Exercícios Anteriores Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	0,00	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	#DIV/0!
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 6%	-
LIMITE PRUDENCIAL (paragrafo único do art. 22 da LRF) - 5,70%	-
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art.59 da LRF) – 5,4%	-

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não- processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não- processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do

inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

VALDEMIR ANTONIO STOBE

Presidente

JOÃO MARIA MARQUES ROSA

Vice-Presidente

CLEBER CECCON

Primeiro Secretário

VALMOR JUNIOR SCOLARI

Segundo Secretário

CELSO GALANTE

Controlador do Sistema de Controle Interno

RITA MARIA HANAUER

Contador Geral do Legislativo

MUNICIPIO DE CHAPECO - PODER LEGISLATIVO
CAMARA DE VEREADORES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO a DEZEMBRO/2015

RGF - Anexo V (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

R\$1,00

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	0,00
Caixa		Depósitos	
Bancos		Restos a Pagar Processados	
Conta Movimento		Do Exercício	
Contas vinculadas		De Exercícios Anteriores	
Aplicações Financeiras		Outras Obrigações Financeiras	
Outras Disponibilidades Financeiras			
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)		SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV)=(II-III)			

REGIME DE PREVIDENCIÁRIO

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	0,00
Caixa		Depósitos	
Bancos		Restos a Pagar Processados	
Conta Movimento		Do Exercício	
Contas vinculadas		De Exercícios Anteriores	
Aplicações Financeiras		Outras Obrigações Financeiras	
Outras Disponibilidades Financeiras			
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (V)	0,00	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VI)	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VII)			
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESADOS (VIII) = (VI - VII)			

FONTE:

Nota:

VALDEMIR ANTONIO STOBE
Presidente

JOÃO MARIA MARQUES ROSA
Vice-Presidente

CLEBER CECCON
Primeiro Secretário

VALMOR JUNIOR SCOLARI
Segundo Secretário

CELSO GALANTE
Controlador do Sistema de Controle Interno

RITA MARIA HANAUER
Contador Geral do Legislativo

MUNICIPIO DE CHAPECO - PODER LEGISLATIVO
CAMARA DE VEREADORES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO a DEZEMBRO/2015

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$1,00

ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR				
	Processados		Suficiência/ Insuficiência antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados	Não Processados	
	Inscritos			Inscritos Do Exercício	Não inscritos por Insuficiência financeira
	Exercícios Anteriores	Do Exercício			
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				
	Processados		Suficiência/ Insuficiência antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados	Não Processados	
	Inscritos			Inscritos Do Exercício	Não inscritos por Insuficiência financeira
	Exercícios Anteriores	Do Exercício			
Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota:

VALDEMIR ANTONIO STOBE
Presidente

JOÃO MARIA MARQUES ROSA
Vice-Presidente

CLEBER CECCON
Primeiro Secretário

VALMOR JUNIOR SCOLARI
Segundo Secretário

CELSO GALANTE
Controlador do Sistema de Controle Interno

RITA MARIA HANAUER
Contador Geral do Legislativo

MUNICÍPIO DE CHAPECO - PODER LEGISLATIVO
CAMARA DE VEREADORES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ATÉ O 3º QUADRIMESTRE DE 2015

LRF, art. 54 - Anexo VII

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	-	#DIV/0!
Limite Máximo (incisos I,II e III, art.20 da LRF)	-	6
Limite Prudencial (§ único, art.22 da LRF)	-	5,70
DÍVIDA CONSOLIDADA		
Dívida Consolidada Líquida	0,00	
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
GARANTIAS DE VALORES		
Total das Garantias de Valores	0,00	
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	
Limite Definido p/Senado Federal para Op.de Crédito Internas e Externas		
Limite Definido p/Senado Federal para Op.de Crédito por Antec.da Receita		
RESTOS A PAGAR		
	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIENCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	0,00	0,00

FONTE:

Nota:

VALDEMIR ANTONIO STOBE
Presidente

JOÃO MARIA MARQUES ROSA
Vice-Presidente

CLEBER CECCON
Primeiro Secretário

VALMOR JUNIOR SCOLARI
Segundo Secretário

CELSO GALANTE
Controlador do Sistema de Controle Interno

RITA MARIA HANAUER
Contador Geral do Legislativo

teste

MUNICÍPIO DE CHAPECÓ - PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2014 a DEZEMBRO/2014

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS E
	(últimos 1
	LIQUIDADAS
	(a)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7.069.244,42
Pessoal Ativo	6.879.617,32
Pessoal Inativo e Pensionistas	189.627,10
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	
DESPESA NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	
Decorrentes de Decisão Judicial	
Despesas de Exercícios Anteriores	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	7.069.244,42
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	
	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 6%	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 5,70%	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art.59 da LRF) – 5,4%	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não- processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não- processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

VALDEMIR ANTONIO STOBE
Presidente

JOÃO MARIA MARQUES ROSA
Vice-Presidente

CLEBER CECCON
Primeiro Secretário

VALMOR JUNIOR SCOLARI
Segundo Secretário

teste

ALEXEI ANHALT
Controlador do Sistema de Controle Interno

RITA MARIA HANAUER
Contador Geral do Legislativo

teste

R\$ 1,00

EXECUTADAS

12 meses)

INSCRITAS EM
RESTOS A
PAGAR NÃO-
PROCESSADOS
(b)

7.069.244,42

481.187.097,53

1,47

28.871.225,85

27.427.664,56

25.984.103,27

teste